



Discurso – Sessão Solene - 25 de abril de 2013

Presidente da Câmara Municipal da Lousã, Luís Antunes

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Deputados Municipais, Srs. Vereadores, Srs. Presidentes de Juntas e demais Autarcas, Alain Vila (Conselheiro Municipal da Vila irmã de Prades) Entidades Cívicas e Militares, Bombeiros, Comunicação social

Minhas Senhoras e Meus Senhores, LOUSANENSES

Na Lousã não se celebra e recorda apenas abril, na Lousã vive-se e sente-se o espírito de abril.

Seja a Liberdade individual ou de um País ou Nação, poucos ideais mobilizaram tantos Homens e Mulheres na luta por este direito!

Em termos individuais podemos definir Liberdade, como o direito que cada um de nós tem, dentro das regras de uma sociedade democrática, a decidir o próprio futuro.

Em termos coletivos como o direito que um Estado Nação tem à autodeterminação, a definir as suas próprias políticas, indo ao encontro do que é melhor para os Cidadãos que o constituem.

É esse direito, inalienável, que, em Portugal, foi conquistado com suor e lágrimas a 25 de abril de 1974, que deveria ser inquestionável em qualquer sociedade do séc. XXI.

Foi por não aceitar a tirania, a ditadura e um poder absoluto que não tratava todos os Portugueses por igual, que os Capitães de abril, secundados por muitos outros Portugueses amantes da Democracia, se manifestaram e devolveram o sonho e a esperança a Portugal, proporcionando a Liberdade ao Povo Português.

Já lá vão 39 anos!

Hoje, a 25 de Abril de 2013, tenho de vos confessar que sinto que estamos a dar passos atrás! Sinto que os Portugueses são hoje menos livres, têm hoje menos condições para sonhar com um futuro melhor.

Não estou alheado da realidade e como já anteriormente o referi, sei que Portugal vive sob ajuda internacional e que, enquanto País, cometemos erros e que há correções que teriam que ser feitas.

No entanto, entendo que tem existido um ataque muito forte aos pilares do bem estar, do desenvolvimento económico, dos direitos e das expectativas de vida dos Cidadãos e os exemplos são tantos, tão diversos, tão gravosos e tão conhecidos de todos e já hoje aqui referidos que me vou escusar a referi-los.

A violência com que se tenta ir “mais além”, sem sensibilidade e sem considerar a estrutura social e económica de Portugal colocou-nos numa espiral recessiva que parece não ter fim.

Esta situação não se resolve adotando sucessivamente doses adicionais de austeridade e com a submissão a líderes europeus que não honram os princípios fundadores da União Europeia.

Uma coisa é sofrer pagar e recomeçar, outra é sacrificar uma geração inteira, sem apontar um desígnio ou motivar a esperança num povo que já deu provas de superação e capacidade para ultrapassar e vencer desafios

Caras e caros Concidadãos,

Também o ataque às autarquias – a uma escala nunca antes vista – é cada vez maior.

As Autarquias e o Municipalismo estão a ser maltratados e limitados na sua ação numa altura em que, cada vez mais, os cidadãos precisam da sua ajuda.

O Poder local democrático tem sido um dos motores do desenvolvimento do País e em vez de apoio e eventuais correções, o Governo tenta imputar parte significativa do ónus da situação do País aos Autarcas.

A redução das transferências do Estado, a retirada em 2012 das verbas relativas à reavaliação do IMI, a Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso e a reforma administrativa do território foram os primeiros e duros golpes que este governo infligiu às Autarquias.

O processo de extinção de freguesias – camuflado como Reforma Administrativa do Território – é uma oportunidade perdida para a realização de trabalho sério e positivo, que servisse efetivamente os Portugueses e melhorasse a relação entre o Estado e os Cidadãos.

Numa época de grandes dificuldades, onde as Juntas de Freguesia e os seus Presidentes são autênticos “portos de abrigo e de apoio” aos fregueses, esta “pseudo reforma” apenas vem criar mais insegurança, descrédito e instabilidade.

O que poderia ter sido um trabalho estruturante reduziu-se a uma decisão ideológica, elitista e sem sustentabilidade, nomeadamente de ordenamento do território e por isso fomos e continuaremos a ser contra esta reforma e entendemos que a única posição equilibrada é a suspensão da mesma.

Ao mesmo tempo que extingue freguesias, o mesmo Governo altera a Lei das Competências das Autarquias Locais que, para além de contemplar a existência de autarquias de nível intermédio – as CIM -, configura, a vários títulos, uma tentativa de anulação do Municipalismo, nomeadamente ao definir claramente as competências que passam do nível municipal para o intermunicipal, mas não definindo as que vêm do Estado para as CIM, o que faz com que organismos que podiam e deviam ser de maior proximidade aos cidadãos, possam vir a ser mais uma forma de controlo e centralização do Estado.

Se a isto somarmos a possibilidade de bloqueio em função da população de Concelho ou Concelhos e a forma de designação dos Órgãos Dirigentes, verificamos que até em termos de regras democráticas e de representatividade esta imposição do Governo representa um retrocesso e no caso da CIM onde a Lousã – mesmo a contragosto(a única deliberação do Executivo é contra a organização territorial da nova CIM) – se terá de inserir, um desafio adicional.

A acrescer a tudo isto, a nova Lei das Finanças Locais permite já perspetivar o asfixiamento financeiro das Autarquias.

Caras e Caros Lousanenses,

Será este o caminho?

Entendo que não!

Especialmente no atual contexto, o papel das Autarquias devia ser valorizado e sua ação apoiada.

Infelizmente, isso não acontece.

E se as dificuldades que referi anteriormente já são grandes, o Governo quer criar mais e ainda maiores.

Tem já em andamento a privatização do setor dos Resíduos.

No dia 11 de abril, foi aprovado, em Conselho de Ministros, um diploma que estabelece o novo regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de água e saneamento que, a ser promulgado pelo Sr. Presidente da República, irá causar dificuldades adicionais aos Municípios e conseqüentemente aos cidadãos.

Já hoje as condições contratuais que as Autarquias dispõem causam grandes constrangimentos em termos orçamentais e de tesouraria, nomeadamente e no que diz respeito à Câmara Municipal da Lousã, devido à diferença entre o valor que pagamos à empresa Águas do Mondego e ao valor que recebemos dos consumidores/municípes.

Ainda recentemente fomos confrontados com um aumento de custos/preços por parte do Governo que não vamos imputar aos Lousanenses, pois entendemos que não devemos, neste momento, pedir esse esforço adicional às famílias e empresas do Concelho.

O que está previsto no referido diploma, para além de outras questões jurídico constitucionais, é uma completa inversão de prioridades.

Em vez de reestruturar o setor com o objetivo de, através de uma mais eficiente gestão de recursos, o tornar mais competitivo, o Governo quer transferir para as Autarquias e, em última instância, para as empresas e para as famílias, os custos decorrentes das conhecidas insuficiências e incapacidades da empresa Águas de Portugal.

Isto é absolutamente inaceitável!

Lutaremos com todas as nossas forças e meios e, conjuntamente com outros municípios, para evitar esta situação e esperamos que este não seja mais um passo para a concretização de um objetivo não declaradamente assumido pelo Governo, mas de que há fortes indicações nesse sentido: **a privatização do Setor das Águas em Portugal.**

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Enquanto Autarca, na defesa da Lousã e dos Lousanenses, reafirmo que não baixarei os braços!

Continuarei a lutar pelos valores de abril e pela defesa do meu Concelho e a pugnar para que na Lousã os valores de abril estejam presentes na vida em comunidade e no relacionamento Institucional.

Abril na Lousã está e estará sempre presente na **Igualdade no acesso a uma educação moderna e completa** sendo visíveis os investimentos efetuados nesta área, nomeadamente a aposta na melhoria das condições de ensino – onde importa também referir a luta e o trabalho que temos feito relativamente à concretização da nova escola - **a ação social escolar** – onde o investimento da autarquia é superior a 1 milhão de euros por ano e a oposição assumida, unanimemente pela Autarquia e pelo Conselho Municipal da Educação relativamente à criação de um “mega agrupamento” no Concelho, que irá ser uma realidade por imposição do Governo PSD/CDS.

As eventuais vantagens económicas imediatas, resultantes da agregação dos estabelecimentos de ensino do concelho num só órgão de gestão, originarão, em nossa opinião, desvantagens e prejuízos muitos graves no futuro, e empobrecerão as experiências, conhecimentos e competências dos cidadãos de amanhã.

Continuaremos, firmemente e em conjunto com os agentes educativos, a lutar pela formação completa e sustentada dos nossos jovens.

Na Lousã os valores de abril estão e estarão sempre presentes **nas políticas de apoio às famílias e aos cidadãos que mais necessitam**, sendo disso exemplo a sensibilidade social demonstrada por este Executivo, nomeadamente através da implementação de projetos como os “Horizontes Integrados”, Gabinete de Intervenção Familiar, Sessões de Aconselhamento parental, Férias Ativas, “Miminhos do Avós” e também o apoio a famílias com fragilidades e necessidades sociais, nomeadamente através do Programa de Medidas de Apoio Pontual em Situação de Emergência Social, apoio à recuperação de habitações degradadas e tarifa social no abastecimento de água.

A Coesão Social é uma das nossas prioridades!

Na Lousã os direitos que abril nos proporcionou têm tido especial significado, nomeadamente no que diz respeito ao **acesso à saúde**, onde se destaca o trabalho promovido pelos agentes locais de saúde e o seu relacionamento com a Autarquia, no **acesso ao desporto** onde os diversos agentes, com um significativo apoio da Câmara, têm sabido lutar contra as adversidades e conseguido relevantes resultados.

Na Lousã também o **acesso à cultura** é um dado adquirido, no ano em que se assinalam os 500 anos do Foral Manuelino do Concelho da Lousã e os 862 anos de municipalismo, este setor tem tido especial importância, sendo de realçar a diversificada agenda cultural existente

e a abertura do Museu Municipal Prof. Álvaro Viana de Lemos, que em nossa opinião são um contributo relevante para o reforço da identidade concelhia e do orgulho de “Ser Lousanense”.

Na Lousã a **promoção e qualificação do território** também tem sido alvo da atenção da autarquia, nomeadamente através de projetos âncora como o “Lousã, Destino de Turismo Acessível” e da Rede de Aldeias de Xisto, que, fruto da persistência, da atitude reivindicativa e responsável da Autarquia, terá os seus acessos requalificados em breve.

As conquistas de abril na Lousã são e serão sempre honradas **na luta contra o desemprego e no apoio aos empresários** que, de forma empenhada e criativa, lutam contra cada vez mais impostos, juros altos, custos elevados da energia e combustíveis e diminuição da procura que condicionam a sua atividade.

Caros Concidãos,

O espírito de abril está presente na luta que travamos pela **igualdade de tratamento e pela diminuição de assimetrias entre as diversas regiões do País.**

Não deixaremos cair no esquecimento projetos importantes para qualificar e tornar mais competitivo este Concelho e esta região como, por exemplo, **o projeto do Metro.**

Bem sei que alguns vão flutuando e que outros, em vez de exigirem de quem tem obrigação de cumprir, pois assumiu compromissos e tem poder para tal – o Governo – tentam desviar as atenções e imputar culpas a quem as não tem.

Importa, também, lembrar que o executivo socialista sempre defendeu, em 1.º lugar e acima de tudo, o projeto e os interesses do Concelho, mesmo quando o Governo da República era da mesma cor política.

O Executivo tem estado atento e ativo neste processo, através de várias diligências para que o Governo tome a decisão de dar continuidade ao projeto. É exemplo disso a tomada de posição proposta pelos Srs Vereadores do PSD e aprovada por unanimidade pelo Executivo.

A Conclusão deste projeto, para além de ser essencial para o desenvolvimento de toda a região, é uma pretensão legítima de todos os lousanenses que, desde final de 2009, se veem privados deste sistema de mobilidade onde já foram comprometidos e/ou gastos 140 milhões de euros.

Este investimento não pode ser desperdiçado.

O Governo tem de honrar os compromissos, pois quando entrou em funções já existiam dificuldades e, apesar disso, assumiu sempre que o projeto tinha de continuar.

Também a Subconcessão de Estradas do Pinhal Interior tem sido um processo conduzido de forma completamente desadequada, sendo de destacar a trapalhada que foi a sua renegociação e a solução técnica encontrada.

O término do IC3 no nó da Portela não só gora expectativas da criação de vias adequadas a esta região, como ainda vem levantar mais um problema à de si já congestionada e insuficiente Estrada da Beira.

O recente início de obras de requalificação da ponte da Portela é mais um exemplo da falta de sensibilidade de quem nos governa. Não existiu qualquer preocupação em atenuar os transtornos que esta intervenção está a causar a todos os utilizadores desta via.

Parece-me que não é desta maneira que se trata de forma igual os cidadãos e se promove a coesão territorial.

Sr. Presidente da Assembleia, Srs Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores

A Lousã não está imune à crise global que nos afeta.

No entanto, tudo temos feito para afirmar este território como um local de referência e com qualidade de vida e para além dos exemplos atrás referidos, entendo pertinente salientar mais 3 investimentos de um conjunto mais vasto como o da requalificação da EN342 – Rua General Humberto Delgado, as obras de modernização do Quartel dos Bombeiros Municipais e o apoio à construção do novo Quartel do Bombeiros de Serpins.

Temos ideias e projetos – alguns já em desenvolvimento e/ou a aguardar decisão relativamente a apoios comunitários – nomeadamente na área do saneamento e da modernização administrativa.

Continuaremos a trabalhar com paixão, criatividade e determinação para honrar os valores de abril, ultrapassar os obstáculos, concretizar os objetivos, contribuir para o desenvolvimento do Concelho e melhorar a qualidade de vida dos Lousanenses.

Continuaremos a lutar, com confiança e esperança, por um Concelho cada vez mais atrativo, moderno e competitivo.

Viva o 25 de Abril! Viva a Lousã! Viva Portugal!